

O DEVER DE CONTAR: AS VARIADAS FORMAS DE NARRATIVAS DE RECONSTRUÇÃO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA A PARTIR DA ORALIDADE CAMPONESA

THE DUTY TO TELL: THE VARIOUS FORMS OF RECONSTRUCTION NARRATIVES OF THE ARAGUAIA GUERRILLA FROM THE PEASANT ORALITY

Recebido: 18/05/2022

Aprovado: 30/06/2022

Publicado: 28/07/2022

DOI: 10.18817/rlj.v6i1.2828

Moisés Pereira da Silva¹

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2712-3820>

Rony de Oliveira²

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-4400-7100>

Maria Leal Pinto³

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0147-8917>

Kallyel Henrik Silva Marques⁴

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4285-6267>

Resumo: Tem sido, especialmente depois da sanção da Lei de Acesso à Informação e da criação da Comissão Nacional da Verdade, crescente a produção acadêmica sobre a Guerrilha do Araguaia. É significativa a disponibilidade de documentos em arquivos públicos do Estado e em arquivos de organismos independentes, como a Fundação Maurício Grabóis, e até particular tornado público, como o arquivo Memórias Reveladas, de Aluizio Ferreira Palmar. Nesse artigo, dialogando com os documentos e a produção bibliográfica, se pretende socializar resultados de pesquisas realizadas a partir do Programa Alvorecer em que se priorizou a memória de homens e mulheres camponeses, especialmente aqueles da Vila Santa Cruz dos Martírios, no município de São Geraldo do Araguaia, PA e daqueles, também camponeses, que integraram as forças armadas. Buscamos no cotidiano, inclusive nas vivências do sagrado, captar como as famílias, atravessadas pela violência, viviam e resistiam no Araguaia-Tocantins.

Palavras-Chave: Ditadura. Violência. Resistência. Camponeses.

Abstract: It has been, especially after the enactment of the Access to Information Law and the creation of the National Truth Commission, increasing academic production on the Guerrilha do Araguaia. The availability of documents in public archives of the State and in the archives of independent organizations, such as the Maurício Grabóis foundation, and even privately made public, such as the archive of revealed memories, by Aluizio Ferreira Palmar, is significant. In this article, dialoguing with documents and bibliographic production, it is intended to socialize results of research carried out from the Alvorecer Program in which the memory of peasant men and women was prioritized, especially those from Vila Santa Cruz dos Martírios, in the municipality of São Geraldo. Araguaia, PA and those, also peasants,

¹ Doutor em História social. Professor adjunto do colegiado de História e do PROFHISTÓRIA/UFNT. Pesquisador da área de ensino, questão agrária, ditadura militar e trabalho escravo contemporâneo E-mail: moises.pereira@uft.edu.br

² Cursa Licenciatura em História pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: oliveira.rony@mail.uft.edu.br

³ Doutoranda PPGCULT/UFNT, professora SEDUC-TO. E-mail: mariazozimo2016@gmail.com

⁴ Cursa Licenciatura em História pela Universidade do Norte do Tocantins. E-mail: kallyel.henrik@mail.uft.edu.br

who joined the armed forces. We seek in everyday life, including the experiences of the sacred, to capture how families, crossed by violence, lived and resisted in Araguaia-Tocantins.

Key words: Dictatorship. Violence. Resistance. Peasants.

Introdução

A Guerrilha do Araguaia foi um conflito armado ocorrido no Brasil na década de 70 envolvendo diferentes grupos na região tripartite entre os estados do Maranhão, Pará e Norte do Tocantins que desestabilizou profundamente a vida dos moradores da região do Araguaia e do Tocantins. Em um contexto de efervescência política e de autoritarismo do governo civil-militar, a Guerrilha movimentou grupos da esquerda brasileira que, provindos em sua maioria dos centros urbanos do sudeste brasileiro em direção ao norte do país, pretendiam tomar o poder a partir da luta armada. Seus ideais revolucionários inspirados nos processos de derrubada dos governos ditadores em Cuba e a experiência histórica da China comunista de Mao Tse Tung, foram um dos principais motores que impulsionaram a operação guerrilheira.

Persistiu, por muito tempo, o esforço de apagamento da memória dos eventos ligados à Guerrilha do Araguaia. Esse esforço implicou, tanto na interdição do tema, inclusive com o estado de vigilância permanente sobre a região, quanto na estratégia de contranarrativa. A criação da Comissão Nacional da Verdade, CNV, Lei 12.528, de 2011, e a abertura dos arquivos secretos da ditadura alteraram esse quadro não só porque possibilitou o estudo documental do tema, mas, sobretudo, porque pôs em pauta a Guerrilha tirando o tema do sigilo e da interdição.

Nesse trabalho, tendo como referência a metodologia da história oral e o estudo sob uma perspectiva historiográfica desviante⁵, pretende discutir o evento da Guerrilha do Araguaia a partir da atuação das mulheres e dos homens do campo. O estudo da guerrilha na perspectiva dos povos do campo privilegia o imaginário local e as significações mitológicas e religiosas que permitem analisar a guerrilha a partir de

⁵ Compreendemos como 'perspectiva desviante' às abordagens historiográficas acerca da Guerrilha do Araguaia, o caminho de operação historiográfica que descentraliza a História Oficial como única forma de leitura do passado. Compreende-se nesse sentido, que a Guerrilha do Araguaia foi estruturada nos moldes de uma relação direta entre grupos sociais, cujos projetos de poder, colocavam a população local nos lugares ora de passividade, ora de marginalização. Ao propor uma abordagem histórica do passado "vista de baixo", THOMSON procurava "resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual 'obsoleto', o artesão 'utopista' (...)". (1965, p.12-13) Nesse sentido, a história dos grupos subalternizados por meio da História Oral dialoga constantemente presente e passado, questionando o problema histórico da invisibilidade das experiências dos povos do campo e da luta pela terra.

elementos narrativos fundamentais para o processo de reconstrução histórica desse povo naquele período e contexto.

Esse estudo, desenvolvido no âmbito do Programa Alvorecer da História, da Universidade Federal do Norte do Tocantins, realizou-se a partir da metodologia da história oral subsidiada por estudo bibliográfico e documental. No que diz respeito à bibliografia e aos documentos, tem-se de um lado ricas pesquisas discutindo o evento Guerrilha do Araguaia, e de outro, documentos da CNV e da Fundação Maurício Grabóis que ajudam na reconstrução factual do evento.

Interessa, no entanto, nessa comunicação, a audição de homens e mulheres do campo, especialmente daqueles da Vila Santa Cruz dos Martírios porque a perspectiva teórico-prático é da história vista de baixo, na acepção de Thompson (1987), a história dos homens e mulheres comuns, como o eram no tempo do seu estudo, os tecelões, os meeiros ludditas, o artesão utópico e tantos outros homens pobres esquecidos pela história das grandes estruturas. O trabalho com a memória, base desse estudo, foi desenvolvido com moradoras e ex-moradoras da região da Vila Santa Cruz do Martírios próximo ao município de São Geraldo do Araguaia, Pará, um dos espaços de conflito durante a eclosão da Guerrilha Rural do Araguaia.

A Guerrilha do Araguaia pela perspectiva camponesa

As populações camponesas do Araguaia são marcadas por histórias de sonhos, expropriação, violência e resistências. A escuta desses grupos pode trazer informações relevantes para a reconstrução histórica da Guerrilha do Araguaia numa perspectiva desviante. A história oral, enquanto possibilidade das classes subalternizadas (THOMPSON, 1992) viabiliza a historicização dos eventos da Guerrilha do Araguaia a partir do povo pobre, indígena e camponês. Através da oralidade, os povos do Araguaia narram a dor de experienciar o seu deslocamento forçado, o desaparecimento repentino de moradores, a tortura realizada pelas Forças Armadas e os interrogatórios exaustivos efetuados no interior das bases militares do Exército. É nesse sentido, que partindo da análise dos relatos orais, é possível fazer

(..) uma atividade mais democrática a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário. (FREITAS, 1998, p. 18-19)⁶

⁶ FREITAS, Sônia Maria de. Prefácio à Edição brasileira. In: THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

O objeto de estudo, a Guerrilha na percepção de mulheres camponesas, é que nos requereu a opção pela metodologia da história oral, ou seja, o trabalho com a memória. Referência teórica nesse campo, Thompson declara que “a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder (2002, p. 16). A memória camponesa possibilita analisar o conflito armado da guerrilha desviando-se da supervalorização e dependência da fonte escrita típica da historiografia tradicional. Nesse sentido, a fonte oral é elemento fundamental na construção de um conhecimento histórico plural sobre a Guerrilha do Araguaia.

A tendência discursiva mais comum sobre a Guerrilha tem sido a ênfase sobre o protagonismo da militância de esquerda e dos militares do Exército, uma história que, à esquerda e à direita, além de masculina é estranha aos povos do campo, que figuram quase sempre no papel secundário relegado às vítimas. O papel dos povos do campo está circunscrito ao horizonte de expectativa de militantes do PC do B e dos militares, uns e outros considerando a adesão camponesa como fundamental para o êxito ao seu projeto de poder.

O primeiro grupo considerava que o êxito de uma revolução socialista no Brasil estava condicionado à formação de um exército popular camponês e que dessa participação resultaria a desestabilização das operações militares na região do Araguaia-Tocantins. Essa percepção aparece tanto nos arquivos da CNV (CNV, 1968-1972, 2010) quanto do Centro de Documentação e Memória, CDM da Fundação Maurício Grabóis (1983) quando os guerrilheiros indicam suas razões para a escolha do Araguaia como lugar ideal para o início da Guerrilha. Mas também os militares entendiam que conquistar o povo seria estratégia decisiva na eliminação da Guerrilha, resultando dessa compreensão as Ações Cívico-Sociais, ACISO.

Para além destas representações, a história de sonhos, de vida, de resistência e luta pela terra dos povos do Araguaia não se inicia com a guerrilha. A história de vida e sonhos se estabelece com a apropriação da terra pelo trabalho. Terra livre de homens e mulheres livres. O início da ditadura civil-militar, que segundo José de Souza Martins (1983) iniciou-se como golpe contra o movimento camponês, o golpe de 1964, é que transmutou sonhos em pesadelos, vida em morte e terra em homens livres no cativeiro da terra e dos homens. Essa luta que passa a marcar a história social da região, Bico do Papagaio e Araguaia-Tocantins quase como sinônimo de violência agrária, se aprofunda nos anos 70 e vai além, chegando, inclusive, ao início

do século XXI. Patrícia Mechi, acerca dos processos de resistência na região do Araguaia, afirma que

Há inúmeras evidências de que se estabeleceu uma continuidade entre a violência perpetrada aos posseiros e trabalhadores rurais em geral, a partir do episódio da guerrilha do Araguaia e as lutas contemporâneas pela terra. Considerando as condições de fortalecimento do latifúndio que estavam sendo gestadas e a presença de um movimento guerrilheiro que, na visão dos governos militares, por si só deveria ter sido exterminado; a extrema violência no Araguaia direcionada aos camponeses tinha causas que extrapolavam a guerrilha. (MECHI, 2013, p. 174)

Essa violência, não se limitou à expropriação da terra, tão pouco à violência física e simbólica sob justificativa de suposta colaboração com os guerrilheiros, a violência se manifestou também na desestabilização das práticas sociais da população. Como narra a moradora da Vila Santa Cruz Dona Madalena ao ser perguntada acerca das atividades cotidianas do campo antes da guerrilha, revela que: “Aqui nunca era violento. Cê dançava a noite todinha, amanhecia o dia e nego não tinha negócio de briga. Era as pessoas tipo uma família, né! Fazia mutirão assim pra ir apanhar arroz na roça dos outros, né?” (Entrevista em 11/09/2021) O relato de Dona Madalena carrega aspectos importantes acerca das sociabilidades do povo do campo.

A cooperação e a solidariedade faziam parte do cotidiano da população rural. Essa realidade se desestabiliza durante o contexto repressivo, colocando a população em estado de alerta e medo conforme as ações das forças armadas se intensificavam: “começou a judiar das pessoa⁷, entendeu! Investigando as pessoas e querendo que as pessoas desse conta dos guerrilheiros sem as pessoas saber onde é que esses guerreiros tava; ai o que foi complicando foi isso.” (Dona Madalena, entrevista concedida em 11 de setembro de 2021)

Os povos do Araguaia são formados em sua maioria por migrantes provindos da região nordeste. O campo pela perspectiva do trabalhador rural do Araguaia é o território em que se realizam os seus modos de vida, sendo a terra e a floresta o seu

⁷ Importante fazer uma ressalva acerca da utilização do verbo ‘judiar’ na Língua Portuguesa coloquial no relato acima. Apesar do emprego desse termo referir-se à violência dos militares das Forças Armadas sobre a população do Araguaia, equivalente ao emprego de termos ‘violentar’ e ‘torturar’, partindo-se da linguística, a origem desse termo remete-se a uma longa trajetória sócio histórica do período Inquisitorial na Península Ibérica que revela uma concepção negativa sobre a população judaica (MENTLINK, 2004, p. 1). Nesse sentido, o emprego do termo ‘judiar’, bem como ‘judiação’ é carregada de uma complexidade histórica de origem antissemita. Apesar de não ser esta uma intenção do testemunho coletado, é necessário uma desconstrução do termo na Língua Portuguesa.

lugar de subsistência e em que se localizam suas práticas culturais, medicinais e econômicas. Essa realidade é que será violentada pela ação militar, que impossibilitou o contato das famílias rurais com a terra e, por consequência, sua subsistência com dignidade:

“(...) Queimou tocou fogo nos torrazão de arroz assim aí ficamos sem nada e minha mãe desesperou minha mãe tomou trauma aí ela morreu aí não foi mais morar na roça, minha mãe nunca mais quis morar na roça ficou com um trauma aí aí eu fiquei com trauma até hoje quando Helicóptero escuto zuada eu fico com trauma.” (Fala da entrevistada Dona Madalena, 11 de setembro de 2021)

O relato de Dona Madalena materializa um passado que ainda se presentifica na sua relação com a terra. A repressão da guerrilha não foi somente física, mas também psicológica desencadeando traumas e afetando a sua qualidade de vida. Além disso, a privação de direitos e liberdades individuais e coletivas modificaram profundamente as suas relações sociais. A perspectiva de Dona Madalena enquanto mulher camponesa possui semelhanças com demais relatos colhidos pelo grupo de pesquisa.

As lembranças da entrevistada levantam um ponto importante: como sua experiência relaciona-se com a memória social da Guerrilha do Araguaia? Essa relação não é ao acaso e deve ser analisada complementarmente, pois tanto a memória individual quanto a coletiva compartilham trocas e influências. Como apresenta Bosi “tal como o tempo social acaba engolindo o individual, a percepção coletiva abrange a pessoal, dela tira sua substância singular e estereotipa num caminho sem volta.” (2003, p.53). Nesse sentido, dicotomizar coletivo e individual pode esvaziar as possibilidades de interpretações da história, hierarquizando narrativas que possuem o seu lugar no tempo e que, portanto, possuem suas imbricações no presente.

É certo que ao tratar-se do conflito armado da Guerrilha do Araguaia a historiografia limitou-se à disputa de narrativas entre guerrilheiros e militares. Nesse sentido, pouco cedeu espaço para a discussão acerca do envolvimento dos povos do Araguaia no contexto da guerrilha. Nesse sentido, o professor Euclides Antunes de Medeiros (2016) destaca que a tradicional abordagem da guerrilha colocou os povos do Araguaia à margem da história, sendo evocados como meros agentes passivos e quando pouco visibilizados, seu papel limita-se ao fornecimento de informações que

agregam ora a narrativa da militância de esquerda, ora dos militares da Forças Armadas.

Procurando a visibilidade e envolvimento ativo das populações rurais do Araguaia, das marcas que a guerrilha deixou, percebe-se que os camponeses se colocam enquanto agentes que reivindicam o seu lugar na história, posicionando-se através de suas trajetórias de vidas. Nesse sentido, o relato oral da trajetória de vida dos camponeses do Araguaia possibilita a partir de Thompson (1998) veicular concretamente a experiência histórica. Nessa perspectiva, as experiências narradas pelos camponeses possuem singularidades, pois cada sujeito vive e enxerga o externo à sua maneira, no entanto, a subjetividade não alheia-se ao que está ao seu redor. Desse modo, as experiências antecedentes, durante e após a guerrilha devem ser objetos de análise, pois no movimento da história que essas populações se inserem perpetram a problemática do passado no presente.

Os conhecimentos e saberes dos camponeses do Araguaia são objetos de interesse tanto dos ideais revolucionários da guerrilha, quanto do Exército. Esses conhecimentos materializam-se em como essas comunidades coletivamente lidam com a natureza, com a floresta e com a terra. Durante o conflito armado da guerrilha as práticas de plantio são suprimidas por parte do Exército devido ao temor de que as famílias rurais alimentassem militantes procurados pelo Estado. Nesse contexto, roças e casas são queimadas e com elas todo o seu meio de sobrevivência. Ao passo que o contexto armado desestabiliza suas vidas, o conhecimento da floresta é colocado também enquanto objeto de interesse das operações armadas da guerrilha.

Os mateiros, sujeitos que detinham conhecimentos de localização na floresta eram convocados como guias do Exército para localização de bases guerrilheiras, a população camponesa rememora com solidez como esses sujeitos envolvem-se por vezes obrigatoriamente aos interesses do Exército. Como relata um ex-morador da Vila Santa Cruz acerca dos mateiros:

(...) a gente tem lembrança de que [...]eles tinham uma capacidade de rotação muito boa na mata e, inclusive, de esconderijo muito forte, tanto é que os exército eles, eles não entrava na mata sem uma pessoa da cidade lá, entre aspas, la do povoado que conhecia a mata, né; que a gente, que eles falava que eram os, eles tinham que os mateiro, tinham que mateiros na frente lá pra poder os militares entrar porque os guerrilheiros, eles se camuflava lá de trás de arvore, de mata que... ninguém via eles, o exército não conseguia... ver eles, né? Aí... eu, eu não sei se eles viravam algum animal assim, mas que eles conseguia... sumir na mata que os exército não achava. (Juarez, 09/11/2021)

Juarez cita o processo de transmutação dos guerrilheiros que adentravam as matas, tal aspecto constitui o imaginário coletivo dos camponeses do Araguaia e estão presentes em diversos relatos colhidos acerca da guerrilha. Ao verbalizar que os guerrilheiros “viravam algum animal” e que “eles conseguia... sumir na mata” (Juarez, entrevista em 09/11/2021), Juarez indica um aspecto importante dos militantes na guerrilha, suas habilidades de guerra e fuga na mata fechada. A perspectiva religiosa demonstra ser um caminho possível para conta a guerrilha do Araguaia. Seu uso reflete os silêncios e omissões a partir de relatos alegóricos que materializam um passado permeado de dores causadas pela repressão e violência generalizada.

Formados pelo fluxo migratório provindo da região nordeste cujas ancestralidades remetem-se às influências do colonialismo religioso católico, (re)existentes reminiscências culturais indígenas e africanas, estes camponeses são circunscritos pela resistência de um imaginário que se constrói fundamentalmente pela dimensão simbólica da vivência religiosa local.

As primeiras operações militares realizadas pelas Forças Armadas constam desde a década de 60, no entanto, destaca-se um ponto importante no processo de desmonte da guerrilha pelos militares do Exército, seu êxito foi possível pelo auxílio dos camponeses do Araguaia no interior da floresta. Primeiro, alguns camponeses eram por vezes obrigados a fornecer informações e acompanhar os militares do Exército nas atividades de procura no interior da floresta, nesse sentido, a liberdade de escolha tinha seus limites. Ao ser perguntado acerca desses auxílios dos guias locais durante as operações do Exército, um morador enfatiza que “é porque era forçado né! É, o exército chegava e aí como eles era morador velho na área eles forçava eles ir na frente eles iam atrás.” (Seu Getúlio, entrevista em 11/09/2021). Interessante notar durante essa fala que o histórico de vida dos moradores da região do Araguaia era o principal valor para que os militares pudessem prosseguir os seus trabalhos.

Por outro lado, a promessa de terra e emprego eram comuns, visto que o desmonte dos seus modos de vida, colocavam lavradores, pequenos agricultores e pescadores em uma situação em que aceitar tais propostas poderia ser a porta de entrada para uma “vida melhor”. Esse elemento se torna cada vez mais presente nos desdobramentos do fato da Guerrilha do Araguaia na região. O processo de anistiamiento e os processos judiciais apesar de não terem sido efetivos em dar

respostas a população a respeito do desaparecimento de seus parentes, deu abertura para que suas vozes fossem ouvidas.

É importante enfatizar que os elementos de representação religiosa da guerrilha não podem ser invalidados, pois constituem traços importantes da memória social transmitida oralmente entre a população local. Seu Getúlio, esposo de Dona Maria Madalena, quando perguntado sobre as habilidades dos guerrilheiros em esconderem-se do exército explica que “tinha: “Não sei, né! Mas disse que tinha uns que era veterano botava as armas via ele lá, via ele ai botava arma nele ai não via mais já era um toco já era uma moita, O Osvaldo era desse jeito a Dina né! [...]disse que Ele se transformava em tanta coisa”. (entrevista em 11/09/2021). O seu Getúlio, no entanto, não viu esses fenômenos ocorrerem e assegura que, sequer, havia se encontrado pessoalmente com os guerrilheiros. No entanto, não experienciar o fato não anula a possibilidade dele aderir à memória de outros sujeitos.

No entanto, não experienciar o fato não anula a possibilidade dele aderir à memória de outros sujeitos. Ao verbalizar “mas disse” Getúlio coloca-nos uma indagação: quem disse? Remontando o fato de que as experiências coletivas podem afetar as percepções individuais. Remontando o fato de que “tanto no nível individual como no nível do grupo, tudo se passa como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintos de uma memória crível (...)” (POLLAK, 1989, p. 13). Compreende-se desse modo, que “mais disse” implica um disseram coletivamente, ou o que dizia ou imaginava a Comunidade sobre as habilidades dos militantes, que de outro modo não eram compreendidas.

Desse modo, as trajetórias de vidas dos povos do campo, de um lado, são entendidas como análogas à trama da Guerrilha, de outro, tem suas histórias apagadas em detrimento da narrativa oficial centralizada nas vozes daqueles que detêm o poder da memória. É possível dizer que as trajetórias de vida dos camponeses do Araguaia sempre figuram como um lugar de marginalidade e invisibilização. É nos trilhos de uma história dos vencidos, a potencialidade de um fazer histórico multifacetado, dando espaço para essas vozes serem ouvidas. Ao mesmo tempo, essas memórias devem ser encaradas não como recurso que legitime a história, mas como um processo desencadeado da luta pela terra que permanece viva no cotidiano e imaginário dos povos do campo.

Os soldados camponeses do Araguaia

O término da ditadura militar no Brasil não significou liberdade de pensar e dizer sobre a Guerrilha do Araguaia. Uma nova guerra seguiu-se a esta primeira, e como indicou o estudo de Peixoto (2011), a guerra que veio depois, foi a guerra discursiva, o controle da memória e a interdição da verdade. A ascensão à presidência da República de uma mulher que não só falava em nome da esquerda, como fora vítima da repressão, favoreceu a criação da Comissão Nacional da Verdade.

O encontro de um povo com seu passado mais sombrio, experiência porque já passara a Argentina, Chile, Peru, El Salvador, Guatemala e Paraguai só veio ocorrer no Brasil em 2012 através da Lei 12.528, de 2011. Nesse caminho foi importante, no entanto, o Decreto Presidencial nº 5.584, de 2005, determinando que documentos da época da ditadura militar fossem enviados ao Arquivo Nacional e disponibilizados ao público.

Essa abertura à verdade contribuiu para que os pesquisadores pudessem ter uma maior liberdade, e ampla fonte documental, para realizarem suas pesquisas acerca da ditadura civil-militar, o que inclui o episódio da Guerrilha do Araguaia. A abertura dos arquivos provocou, por consequência, também a audição de pessoas envolvidas com o episódio, especialmente ex-guerrilheiros, ex-militares e camponeses do Araguaia. É a partir desse contexto que os depoimentos dos partícipes revelam a participação camponesa, inclusive convocados para também se tornarem soldados.

Com a necessidade de combater o foco guerrilheiro identificado na Amazônia e eliminar, assim, o espectro de uma possível entrada do comunismo no Brasil, o governo enviou para a região, às margens do rio Araguaia, as forças militares. O primeiro grande problema identificado pelos militares era o isolamento e a densidade das matas que eram amplamente favoráveis aos guerrilheiros a mais tempo na região e, por consequência, melhor ambientados. Fracassados os primeiros esforços de eliminação do foco guerrilheiro, adotou-se o recrutamento de camponeses, pessoas simples que trabalhavam na terra e que, de um dia para o outro, se transformaram em combatentes. O principal motivo de aliciamento dessas pessoas era a experiência e conhecimento que elas tinham do local, pouco povoado, com matas densas e de difícil acesso.

Anterior à chegada dos militares os camponeses já tinham contato com os militantes do PC do B, aqui também identificados como guerrilheiros e conhecidos

pelos camponeses como paulistas. Mas dada a clandestinidade do movimento, desconheciam os propósitos políticos daquelas pessoas que já estavam integradas à comunidade rural. A relação era muito amistosa.

Os paulistas se esforçaram por, e até certo ponto conseguiram, transmutaram-se em camponeses. Plantavam roças, caçavam, pescavam, puseram farmácia, cuidavam das pessoas e participavam da vida cotidiana da comunidade, inclusive de suas festividades. Em nada poderiam, aos olhos do povo camponês, constituir o perigo anunciado pelos militares, que lhes apresentavam como terroristas perigosos. A produção de Belisário Franca (2017) é uma escuta desses soldados do Araguaia e de sua versão da guerrilha do Araguaia.

Em linhas gerais os depoimentos obtidos nessa produção mostram como a guerrilha afetou física e psicologicamente esses homens, que do dia para a noite se viram obrigados a entrar em uma “guerra” que não era deles e combater, como inimigo, seu vizinho de roça ou que, na experiência de muitos, lhes havia tirado do aperreio. Nesse documentário se tem a oportunidade de mostrar uma nova versão daqueles que não foram nem heróis nem bandidos, deixados de lado não só pelo Estado e exército, mas também pela história oficial, somente o que lhes restaram foram as memórias e traumas sucumbidos pelo medo e a opressão ditatorial.

Através de depoimentos de oito ex-soldados de baixa patente há a constatação do quão é importante o resgate dessas memórias que durante muito tempo foram silenciadas visto que, grosso modo, eram soldados do exército e de certa forma também eram os responsáveis pelo desaparecimento, tortura e morte não só de ex-guerrilheiros, mas também de camponeses que por algum motivo foram acusados de terem alguma participação na guerrilha. Porém não fora isso a realidade ocorrida conforme suas falas. Eles foram torturados, obrigados a assistirem em silêncio o sumiço de pessoas e até mesmo de seus familiares, afetados em sua honra e dignidade, pois nem pelos nomes eram chamados nos quartéis.

Alguns desses soldados camponeses puderam enxergar uma oportunidade de uma vida melhor com o ingresso nas forças armadas, o que não se tornou uma realidade, pois logo ao adentrar ao quartel notaram a grande diferença entre a expectativa e a realidade. O improvisado na área da Guerrilha, localizado em Xambioá, era uma construção inacabada com um alojamento improvisado de chão batido e sem camas para dormir.

Mas nem de perto era o pior dos problemas para os militares de baixa patente. Com apenas 15 dias de exército já estariam na selva para os treinamentos, que, para a maioria dos depoentes do documentário, se tratava de testar os limites da capacidade humana tanto no físico quanto no psicológico. Há relatos de que por uma eventual indisciplina no Quartel, se poderia até perder os testículos, fato que teria ocorrido com alguns soldados.

Todo esse conjunto de procedimentos tinha como intuito fazer com que esses soldados de certa forma perdessem o sentimento de empatia e compaixão para com o próximo, principalmente diante das prisões, mortes e desaparecimento dos guerrilheiros. Outro motivo das violências seria, através do medo de represálias, impedi-los de contar o que realmente acontecia no quartel e nas operações realizadas.

Ao fim das ações do exército na guerrilha, esses soldados camponeses de baixa patente foram dispensados. Fora das forças armadas, ficaram desacreditados, principalmente por aqueles que duvidam que tenha ocorrido uma ditadura civil-militar no Brasil e, quando conjecturam a possibilidade, é para admiti-la como branda e necessária.

É nesse sentido, de violações em todas as frentes, que o trabalho da Comissão Nacional da Verdade tem sua relevância enquanto possibilidade de reparação histórica. O trabalho da CNV é o encontro do Brasil com sua história recente e, nesse sentido, é o avesso da anistia, que tem funcionado como silêncio permitido.

A Lei de anistia de 1979 promulgada pelo então presidente João Batista Figueiredo que dava o perdão aos praticantes de crimes políticos no período do regime militar constituiu uma espécie de conciliação que ignorou as condições pelas quais passaram as vítimas, inclusive os camponeses. Os soldados camponeses, assim como muitos homens e mulheres do campo vítimas da ditadura, lutam no sentido daquilo que indicou os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, reparação.

Mas porque só depois de decorridos mais de 40 anos esses homens resolveram falar o que sabiam e o que sofreram? Michael Pollack em seu artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989) procurou tipificar como exemplo os soldados da Alsácia anexada a Alemanha que, depois do fracasso do recrutamento voluntário no início da Segunda Guerra Mundial, optou-se pelo recrutamento forçado através de decretos.

Em relação à participação desses soldados na segunda guerra, quando se viram obrigados a lutar ao lado dos nazistas, colocou-se em questão o grau de colaboração e comprometimento desses homens, que permaneceram em silêncio por muitos anos, mas que depois se expressaram com um sentimento de absurdo e abandono. (p. 5).

Fazendo uma analogia com os fatos, guardada as devidas proporções, vimos através dos depoimentos dos soldados camponeses que tais situações ocorreram também com esses homens do Araguaia que se sentiram frustrados, não reconhecidos e humilhados tal quais os soldados alsacianos. Mais adiante, nota-se a constatação da semelhança nos sentimentos e trato da memória entre os soldados do Araguaia e os alsacianos:

A memória subterrânea dos recrutados a força alsacianos toma a dianteira e se crige (?) então contra aqueles que tentaram forjar um mito, a fim de eliminar o estigma da vergonha: "A organização das lembranças se articula igualmente com a vontade de denunciar aqueles aos quais se atribui a maior responsabilidade pelas afrontas sofridas".(POLLACK, 1989, p. 5)

Outra análise dessa relação entre trauma e memória é o estudo de Primo Levi (2003) que parte da sua experiência pessoal e de outros homens e mulheres que sofreram enclausurados nos campos de concentração nazistas. Essas pessoas, por muito tempo, foram silenciadas e também silenciaram essa memória. O silêncio estava implicado numa complexidade de situações que iam desde a perspectiva historicista positivista quanto questões políticas, como esforço de conciliação com o passado.

Diferentes sociedades tenderam a tratar traumas históricos como tabu e isso sempre decorreu tanto de vontade política, quanto das condições daqueles que sofreram o trauma em revivê-lo sob a forma de narrativa. É nesse sentido que Primo Levi, ao mesmo tempo em que reconhece os desafios da memória, como o esquecimento já que "as recordações não estão inscritas em pedras", também indica a subsistência da zona cinza com a vergonha dos que sobreviveram.

Nesse sentido, é preciso ponderar a colaboração de muitos homens, seja na condição de soldado, seja na condição de mateiro com um misto de vergonha, medo e expectativa. Qual sentimento subsiste depois do evento? É razoável supor, sobretudo pelos depoimentos, que a expectativa de carreira militar se desfez, como também mateiros que esperavam terras e recompensa em dinheiro se frustraram.

Aqueles, de um lado e de outro, que se viram forçados à colaboração convivem com o trauma, a tortura psicológica de ajudar matar pessoas a quem não desejavam nenhum mal.

Famílias despedaçadas: violência e resistência

No período da Guerrilha do Araguaia as comunidades à beira rio foram cercadas por cerca de 7200 homens. Esse contingente caçava homens e mulheres treinados para atacar e se defender do inimigo inspirados no modelo de guerra de guerrilha. Os camponeses foram duramente afetados por essa luta política. Roças e casas foram queimadas, pais de família foram presos e torturados outros morreram. O próprio cotidiano das comunidades, a exemplo da Vila Santa Cruz dos Martírios, também foi violentamente alterado. Talvez o golpe mais duro tenha sido sobre as liberdades individuais, cerceada pelo rompimento da intimidade das pessoas da comunidade, especialmente das mulheres.

Todos, aos olhos dos militares, eram suspeitos. Os homens potencialmente podiam ser, em função da propaganda comunista de formação de um exército popular camponês, um guerrilheiro. As mulheres, nessa mesma lógica, podiam ser colaboradoras. Assim, todos eram vigiados. Em consequência, até a dimensão mais específica da vida, como a higiene pessoal, o banho, a micção ou defecação eram motivos de constrangimentos e humilhações. Na memória de Dona Madalena, “a gente tava ali tranquila, e de repente, eles tavam lá observando a gente. Era uma tortura não poder fazer nem isso”.

A comunidade foi envolvida involuntariamente. As Forças Armadas por não estarem adaptadas a região e por não conhecê-la geograficamente, usava os camponeses para auxiliar na busca dos comunistas. Alguns desses camponeses que colaboraram foram forçados. Mas haviam os que colaboraram porque viram no aliciamento militar uma possibilidade de auferir vantagens.

É preciso lembrar que nesse contexto já havia pressão sobre o acesso às terras em decorrência do avanço capitalista e, por isso, a intervenção das forças armadas podia significar acesso a uma posse de terra, ou a garantia de permanência na terra ocupada. O entrevistado X declarou, a esse respeito, que ajudou os militares, inclusive trabalhando como guarda de presos na Vila Santa Cruz dos Martírios, porque queria servir o exército e assim ter um emprego e ganhar dinheiro. Nem foi levado pelos militares, nem ganhou nada pelo serviço. Hoje luta por uma indenização que não veio.

A obtenção da colaboração por coação se fez sob múltiplas estratégias, todas violentas. Alguns eram coagidos psicologicamente, outros apanhavam, outros eram ameaçados, assim os militares lhes obrigavam a irem à frente e a mostrarem o caminho em meio à selva, em busca de vestígios e rastros que conduzissem ao inimigo. Outras vezes tinham a família e seus bens ameaçados se não os apoiassem.

Dona Madalena afirma que quem ajudasse os militantes do PC do B estava sujeito a sofrer penalidades: “Pra eles, aí todos que dava de comer que eles descobriam, eles judiava, prendia.” (entrevista em 11/09/2021) Com os maridos presos, as mulheres ficavam obrigadas, desamparadas e com as roças queimadas, como foi o caso de dona Madalena, a cuidar de crianças.

Moradores suspeitos de alguma relação com os militantes tiveram suas lavouras queimadas e foram torturados para denunciarem o que não sabiam, o paradeiro dos paulistas. Essa colaboração exigida pelos militares conflitava com a representação mais comum dos paulistas, apresentados na memória camponesa como pessoas boas. No discurso de dona Maria Madalena e dona Vianês persistem os adjetivos como pessoas boas, estudadas, que serviam a sociedade e que não prejudicavam ninguém.

...acho que era a Dina. a Dina que fez o parto de uma ‘muié’ lá na vila uma vez, que até depois dela fazer o parto ela falou pro esposo da mulher que precisava levar ela pro hospital, porque acho que o parto foi bem difícil e ela tinha mais alguns problema que ela detectou e aí não demorou muito tempo essa mulher deu câncer e ela faleceu por causa desse câncer, eu acho que foi devido esse tipo assim ela tinha alguma coisa né, e ela observou. (VIANÊS, entrevista concedida em 09/11/2021)

Em 1972 esta relação cedeu ao temor. Muitos são persuadidos a não confiarem nos comunistas e são aconselhados a se manterem presos em suas casas, tendo em vista, dizem eles, que a qualquer momento a guerra poderia acontecer e, se estivessem fora de casa, poderiam ser atingidos por trocas de tiros. Os militares disseminavam informações sobre a suposta periculosidade dos comunistas, de que eram perigosos e que estavam preparados e prontos para a guerra. Dona Vianês relata que:

...o pessoal começaram a chegar lá de barco assim, aquele vulto de barco com aquele tanto de homem que a gente enxergava só o verde das roupa sabe? e aquelas espingarda assim pra cima, os cano das arma. Aí foi chegando, foi chegando e foi entrando nessa vila (...),

depois eles começaram a chegar de helicóptero (...). Quando eles chegaram eles disseram que os homens que tava junto com 'nois' lá era perigoso, um terrorista e ia acabar com tudo, sabe? Eles pregava assim pra gente como que se eles fossem assim o quê? Tavam se 'agazaiando' lá pra matar todo mundo, entendeu? (VIANÊS, entrevista concedida em 09/11/2021)

Nesse contexto, qual a situação das mulheres camponesas? Nas entrevistas as senhoras, à época entre o final da adolescência e início da juventude, atestam uma juventude roubada. Tiveram restringida a liberdade de locomoção. As festividades só podiam ocorrer com expressa autorização do exército, mas quando autorizadas os homens tinham medo de frequentarem. Dona Vianês relata que o próprio namorado era proibido de visita-la à noite, e quando podia, sofria perseguição dos militares, o que ela atribui a suposto ciúme da parte de um dos oficiais.

Questão delicada da narrativa são os indícios de atentado à dignidade sexual destas mulheres. Primeiro as entrevistadas apresentaram um relato comum sobre as orientações dos oficiais aos pais, de que deveriam cuidar e não “soltar” as filhas, para evitar problemas com os soldados. Uma segunda questão ainda é o estado de observação em que se encontravam as mulheres, surpreendidas em suas necessidades fisiológicas.

Nesse último caso, tratar-se-ia de procedimento militar, ou de simples perversão sexual de uns que têm poder absoluto sobre outros. Há relato também de que, no banho de rio, era preciso ter cuidado porque havia situações em que militares mergulhavam e tocavam em suas pernas. Dona Vianês (Entrevista em 09/11/2021) expressa o sentimento que as assolavam. Tinham medo. Pensavam que fosse alguma fera aquática. Sobre as necessidades fisiológicas afirma que eram obrigadas a defecar e urinar nas matas e, lá, temiam de alguém estar lhes espionando, ou a qualquer momento serem atingidas por tiros. Eram mulheres pertencentes a um grupo fechado.

A vila Santa Cruz dos Martírios, até 2017, era uma vila isolada, sem energia elétrica, com acesso por terra precário e cortado por riachos sem pontes. Essa condição da comunidade colaborava para o fechamento do círculo social em torno daqueles que são conhecidos. A chegada de centenas de homens estranhos quebra o ritmo das sociabilidades não pela abertura às novas convivências, mas pelo medo desse estranho e um fechamento maior do círculo em torno dos seus. As mulheres

tinham medo das armas, dos homens e estavam humilhadas diante da sua intimidade devassada.

Era uma vida e um tempo de cerceamentos que iam desde a vigilância costumeira da região e de seu tempo, como também a vigilância coercitiva e constante dos militares, que cada vez decidiam as suas rotinas de acordo com os interesses das forças armadas. Essa vida circunstanciada pelo medo marcou a experiência das mulheres camponesas no contexto da Guerrilha do Araguaia. Mas a vida não se esgotou no medo.

Mesmo diante dessas circunstâncias, as mulheres resistiram insistindo na vida, inclusive enfrentando o medo. Insistiram na realização das festividades e houve mesmo quem incluísse soldados na diversão. Mesmo dona Madalena, à época 14 anos, precisou enfrentar o medo não só para ir ao Quartel saber notícias do pai que estava preso, mas também, pedir autorização para voltar na roça buscar o que pudesse para minorar o estado de precariedade em que se encontrava a mãe e os irmãos depois que os militares haviam queimado a casa e a roça da família. Teve autorização apenas para contemplar o que ficaria guardado em sua memória, tudo queimado, apenas o pilão de limpar arroz tinha um fio de fumaça sobre um amontoado de cinzas.

Essa brutalidade das forças armadas foi cedendo lugar a posições mais permissivas. Passaram a entender a “normalidade” da vida da Comunidade como estratégica na luta contra os comunistas. Até atividades assistencialistas foram empreendidas através das operações ACISOs no sentido de cooptação do povo camponês. Calculavam que se a comunidade tivesse uma percepção melhor do Estado e das forças armadas poderia colaborar.

Essas operações ACISO se davam numa perspectiva maniqueísta, de luta do bem, o Estado, contra o mal, os comunistas. Assim, na mesma medida em que se arranca dentes, se distribui remédios para vermes e bandeirolas do Brasil, se diz que os comunistas eram pessoas perversas e perigosas e, para o bem social, deveriam ser eliminados.

A prisão do pai de Dona Maria Madalena, Ricardo, se deu por ter ajudado o amigo Osvaldão, no que foi denunciado por um vizinho. Desse episódio decorreu o drama de Madalena. Com a chegada dos militares, Osvaldão foi se esconder em um túnel na mata, nas proximidades da posse do pai de Madalena. Dona Madalena lembra de ter, algumas vezes, levado comida para o amigo da família. Narra que

quando chegava ao local, não poderia chamá-lo pelo nome, havia alguns sinais para ele entender que era a comida que estava chegando.

Certo dia, tentado pelo vício do fumo, Osvaldão foi à casa de dona Madalena tendo sido avistado por um vizinho que denunciou o fato aos militares. Emocionada, dona Madalena relembra o quanto Osvaldão pedira ao vizinho, e o seu próprio pai também implorara, para que ele não contasse a ninguém o que tinha visto. Mas, tão logo o vizinho chegou à Vila foi denunciar Osvaldão e a família de Madalena. O pai foi preso, a roça e a casa queimados. Todos foram tocados para a Vila, onde passaram a viver de sobras dos outros.

Dona Madalena lembra que a comadre de sua mãe, como tinha um pequeno restaurante, lhes acolheu. A mãe passou a trabalhar no restaurante em troca de alimento e hospedagem. Ficaram dias, a mãe e as crianças com as mesmas roupas. Foi a própria Madalena quem foi pedir autorização pra retornar à roça em busca de alguma coisa que tivesse sobrevivido ao incêndio.

Mas, nada restou. Toda a fatura de arroz e demais gêneros cultivados na roça, bem como utensílios e a própria casa, haviam queimados. A família não encontrou nada, apenas as cinzas e as lágrimas de tristeza, decepção e temor. Os animais que tinham como porcos e galinhas que também serviam para o sustento da família foram soltos e desapareceram na mata.

Nesta cena estava a pequena Madalena e a sua mãe sofrendo as consequências turbulentas da guerrilha. A comunidade foi solidária na dor. E essa também era uma forma de resistência, a solidariedade com os atingidos pela violência. Mas isso não diminui a violência, a dor, a humilhação. A mãe de Dona Madalena adoeceu e, em consequência do sofrimento por que passou, terminou falecendo mais tarde.

Esse é um drama visto sob a perspectiva da narradora, da sua experiência pessoal. Mas é também o drama das muitas mulheres abandonadas à própria sorte depois de terem seus homens presos ou fugidos. Para Thompson estas histórias de vida, tem potencial revelador de um quadro mais amplo, para além da própria vida do narrador. Segundo ele, a pesquisa de história de vida abrange tanto a compreensão e a interpretação das vidas individuais, quanto a análise das sociedades mais amplas. [...] ela une, ao mesmo tempo, a evidência da pesquisa qualitativa e quantitativa. (2002, p. 5). É nesse sentido que podemos ler a realidade das mulheres quebradeiras

de coco babaçu que foram impedidas de realizar o seu trabalho, e por consequência, submetidas à privação.

Assim como dona Madalena, muitas mulheres que tiveram maridos presos e roças queimadas, ficaram na dependência de ajuda da comunidade. A comunidade sofreu. Muitas famílias passaram por privações. Mas a comunidade também se fortaleceu. Aqueles que tinham alguma coisa, compartilharam. Os laços, base de uma comunidade tradicional, isolada, não foram solapados pela violência. A comunidade subsiste. E laços de amizade, como de Dona Vianês e dona Madalena, consortes na dor, foram reforçados.

Por ocasião dessa pesquisa, em 2020-2022, a Vila alcançou algumas benfeitorias públicas, como energia elétrica e pontes sobre a estrada, que agora pode ser trafegada no período chuvoso. A energia trouxe algum impacto para a Comunidade. Com ela chegou a internet a televisão e a imposição de outras necessidades, como a reforma urbana por que tem passado a Vila, com as casinhas de palha sendo substituídas por construções mais modernas.

Não obstante, a persistência dos traumas, trabalhos como de Dona Maria Madalena, do professor Valdemir e professora Neide, entre outros, ajudam na transformação da dor em arma de luta, a memória como resistência. E a memória/identidade da comunidade é reforçada pelo pertencimento à terra, ao rio e uns aos outros.

Vivências do sagrado no contexto da Guerrilha

Estamos completando os 50 anos da Guerrilha do Araguaia, ou seja, lá se vai meio século do fato histórico e político de maior proporção da nossa história recente. Embora tenha sido esse um grande embate político que mobilizou oposição de esquerda, especificamente o PC do B, e as forças militares da época, que na realidade estavam no comando do país desde o Golpe de 1964, podemos entender o evento como um massacre que atingiu militantes políticos e a população local. As relações de força entre militares e militantes políticos eram desproporcionais em termos de capacidade bélica e a repressão se deu sem qualquer garantia de dignidade ao povo e dos Direitos Humanos a camponeses e guerrilheiros.

Um massacre que ficou debaixo das botas dos militares e do “lápiz vermelho do regime do general Médici”, (GERTEL, 1986, p. 9). Praticamente desconhecida por parte da população brasileira, “em setembro de 1972” (GERTEL, 1986, p. 9), o jornal

O Estado de São Paulo, conseguiu furar o cerco da censura e publicar a primeira reportagem sobre o que estava acontecendo no Norte Goiano, Sul do Pará e Sudoeste do Maranhão. E como consta em Moraes e Silva (2012, n.p), “o governo militar fez todo o esforço possível para apagar a Guerrilha do Araguaia da História”. Em certa medida lograram êxito, no sentido de que até os dias atuais não pagaram pelos atos praticados contra os militantes e a população local. No entanto, como afirmam Moraes e Silva (2012, n.p), “os governos militares fracassaram na tentativa de jogar a Guerrilha do Araguaia no esquecimento”.

Resguardados nos porões e arquivos secretos do regime militar ficaram “os depoimentos de sobreviventes do conflito e documentos produzidos pelos serviços secretos do governo preservando por mais de três décadas a memória de um dos mais chocantes episódios da História do Brasil” (MORAIS e SILVA, 2012, n.p.). Daí a indispensabilidade e relevância da História Oral não como método de apoio ou complementar, mas como método orientador para uma grande parte das pesquisas em se tratando da Guerrilha do Araguaia.

É preciso considerar que, apesar da Lei de acesso à informação, Lei 12.527, de 2011, não é possível ter segurança quanto ao acesso aos arquivos da ditadura, ou seja não se sabe até que ponto a Lei esteja sendo cumprida pelas forças armadas que ainda se arvoram na defesa dos crimes que praticaram. E assim, pairando dúvidas sobre as narrativas oficiais, nos parece mais razoável buscar os caminhos da memória.

E como afirma Verena Alberti ao nos orientar sobre a pertinência da história oral, e a forma como o/a pesquisador/a consegue vivenciar essa relação com as entrevistas orais, há na entrevista:

[...] uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu - e, por isso dá vida a - as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo - o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiosincrasias, relatos pitorescos. (ALBERTI, 2004, p. 14)

E caminhando pelas trilhas da guerrilha, ancorados/as pela história oral e revisando o próprio referencial da Guerrilha do Araguaia, buscamos tratar não só do

aspecto histórico, social e político do conflito, mas também o aspecto religioso local e as tessituras da guerrilha e do convívio social entre guerrilheiros/as e comunidade local. Entendemos que embora esse aspecto esteja presente desde a nascente da produção especializada sobre a guerrilha, até o momento não teve sua importância reconhecida

O próprio entendimento da concepção existencial e dos fatos locais, se dão a partir de uma perspectiva pautada no aspecto da religiosidade e vivências religiosas do Araguaia. Doenças, acidentes diversos, incluindo animais peçonhentos e demais moléstias que infringem a vida dos camponeses e ribeirinhos, poderia tanto ser entendidos e reconhecidos pela ótica dos preceitos religiosos que vivenciavam, como também a cura e resolução podem vir do campo da religiosidade e da fé. Um exemplo está na prática de curas através de benzimentos, unguentos e remédios naturais. A compreensão do contexto da própria guerrilha por parte da população local se deu também por uma visão reconhecida como sendo de Padre Cícero Romão, de Juazeiro do Norte no Ceará, onde podemos constatar no Diário da Guerrilha do Araguaia de Clóvis Moura.

A inquietação vai tomando conta dos pacatos moradores do Sul do Pará. Dezenas de lavradores da zona do Caiano procuram Paulo Rodrigues para discutir a situação. Querem resistir à intimação do grileiro Antoninho. No Gameleira, muitos buscam contato com Osvaldo para pedir-lhe conselhos. Zé Carlos, igualmente, é ouvido. A massa fala em cativo, diz que o que está sucedendo se parece com a volta ao cativo. Muitos recordam casos que lhes aconteceram em outros lugares. Dona Hilda, rezadeira de fama, que andara por ceca (?) e meca, espalha a profecia do Padre Cícero. Antes de morrer, o Padre teria dito que, nos anos 70, o Araguaia iria pegar fogo e quem não morasse do lado do Pará não mais poderia ali chegar. E aduzira: devia - se plantar coisas que ficasse debaixo do chão para garantir alimento e resguardá-lo da fúria dos atacantes. (MOURA, 1979, p. 34)

E compreendendo essa dinâmica da organização local, e por questões que ultrapassam o nosso entendimento e mesmo pela lógica guerrilheira e do partido de não só se inserir no meio, mas ser parte dele com todas as suas especificidades, um dos itens do Programa dos 27 das FORGA⁸ e do próprio Comitê Central do Partido, que não só asseguravam e protegiam os locais, como também seus valores e o ponto 17, trata em especial desse aspecto ao garantir que:

⁸ FORGA: denominação referente às Forças Guerrilheiras do Araguaia.

17. Respeito a todos os religiosos, não sendo permitido a perseguição de qualquer pessoa por motivos de prática religiosa, inclusive de quem professa a pajelança, o terecô (religião da região), o espiritismo, sempre que essa prática não cause danos ao indivíduo. (PORTELA, 1986, p. 183)

Alguns militantes ultrapassaram a barreira de serem apenas protetores ou defensores dessas práticas e passaram a fazer parte delas, constituí-las, dos quais os nomes mais associados e mencionados são de Dina⁹ (Teles, 2014, p. 472) e Osvaldão¹⁰ (Joffily, 2008, p.86). Também Francisco Manoel ou Preto Chaves¹¹ (NOSSA, 2012, p. 139), João Haas¹² (NOSSA, 2012, p. 139). Portela (1986), nos mostra essa relação estabelecida com os grupos religiosos e que mais tarde viera ser mencionadas durante desenvolvimento de pesquisa de campo do Projeto Alvorecer da História da UFT-Araguaína, Tocantins. Assim assevera Portela:

[...] Ao mesmo tempo em que preparavam a guerra, eles se misturavam ao povo, cada vez mais cativado, e, por ecletismo ideológico, iam às missas e terecôs (candomblé local), participavam de forrós, sempre mantendo uma postura de monges, pessoas de comportamento moral irrepreensível, tanto os solteiros quanto os casados. (PORTELA, 1986, p. 36)

E nos limiares da construção da memória social da guerrilha através de personagens como Osvaldão e Dina, se constrói a memória de grupos, grupos e pessoas até então legados ao segundo plano. De personagens que de secundários vão se constituindo enquanto protagonistas e elementos chaves para compreensão de determinados aspectos da Guerrilha do Araguaia, e assim nos possibilitando a compreensão dos fatos por outras formas, que para alguns metafóricas, mas entendemos que a maneira com a qual a comunidade faz a interpretação e ressignificação dos acontecimentos de suas vidas.

A rica cosmogonia amazônica, para explicações do cotidiano são assimiladas com as experiências da guerrilha e dos guerrilheiros, daí temos os combatentes e as combatentes que foram além do ideal político e partidário e se aproximaram dessas

⁹ Dina, Dinalva Oliveira Teixeira, embora não relacionada diretamente aos terreiros, mas reconhecida como alguém com capacidade de se transformar em borboleta, logo em se tratando das religiões de matriz afrobrasileira é possível aproximar com a Orixá Iansã/OYA se transformou em borboleta

¹⁰ Osvaldo Orlando da Costa, mais conhecido na região por Osvaldão, é sempre lembrado no referencial da guerrilha como sendo uma pessoas com capacidades mágicas de transformações em seres animados e inanimados, sendo essa uma tática para despistar os inimigos, em sua biografia escrita por Bernardo Joffily, o autor faz a relação da aproximação entre Osvaldo e o Povo de Terreiro da Região

¹¹ Francisco Manoel Chaves é citado por Leonencio Nossa como sendo reconhecido como curandeiro de terecô na região do Araguaia.

¹² O médico gaúcho João Haas é citado por Leonencio Nossa, em seu livro Mata! Como entidade nos terreiros de terecô de Palestina - PA.

interpretações de mundo, e assim logo também foram associados e associadas aos conhecimentos e práticas da região. Nessa conjuntura Osvaldão e Dina são lembrados principalmente pelo seu diferencial e por suas capacidades especiais em transformar - se em: lobisomem, porco, pedra, cupim, toco, borboleta; ficar invisível, virar vento, desaparecer do nada e tantas outras possibilidades interpretativas das formas que adquiriam.

Daí é possível perceber também a aproximação dos militantes com a Mãe D'água, O Saci, A Boiúna, o Curupira e todos os seres e possibilidades que a floresta oferece, o que poderíamos chamar não de uma “cidade invisível”¹³, mas uma outra comunidade invisível que fortalece e auxilia a comunidade visível em seus desafios diários para a sobrevivência na selva, e também na luta por manter-se em suas posses lutando diariamente com as adversidades da natureza e do capital, pois a base comercial do Araguaia na época era uma forma comunitária de trocas de bens e serviços; o dinheiro era o que menos solucionava os problemas daquela gente.

A própria resistência em manter suas posses e lutar por elas certamente tinha o auxílio da comunidade invisível. No enfrentamento às doenças, aos grileiros, a fome, a desigualdade social, econômica, de acesso aos direitos e a justiça e as torturas e abusos sofridos por parte dos militares, quiçá fosse um fardo ainda mais pesado sem os conselhos dos dirigentes de terreiros, das rezadeiras, benzedadeiras e também dos encantados, das Mães D'água, do Saci, dos santos e santas, das entidades e de todos os espíritos que encantam florestas e águas amazônicas.

E no entremundos em que vivem os camponeses do Araguaia em que além da fé pouco se pode ter como certeza, os grupos marginalizados e excluídos da história, vão urdindo com fios das suas memórias, uma memória de grupo, e para tanto o artifício mais usado é se contarem e representarem a partir personagens outros, ou fazer destes o caminho para escrever sobre si. Até tão pouco, as pesquisas sobre a guerrilha focaram mais nos militares e militantes, e claro é importantíssimo falar sobre isso. No entanto, camponeses sobreviventes ao conflito foram e são fundamentais para que os militares não conseguissem apagar definitivamente mais essa face cruel da nossa história.

¹³ Cidade invisível uma série brasileira exibida na Netflix, que faz um paralelo entre o mundo visível e o mundo subterrâneo - invisível, habitado pelas figuras folclóricas e que regula a vida de uma pequena comunidade ribeirinha, e que visado pelas ações do grande capital esse sistema entre em desequilíbrio colocando em relação direta seres humanas e figuras do folclore brasileiro.

Considerações finais: contar, ensinar e viver

Entendemos que no ambiente de guerra de narrativas que o Brasil atravessa, os espaços de referência precisam seguir no seu dever de contar a Guerrilha do Araguaia, e o que foi a ditadura de modo geral. E as escolas, sobretudo aquelas que se localizam no Araguaia-Tocantins, superando a ideia de transposição didática, também, como defende André Chervé (1983) são espaço de produção de saberes que precisam dizer sobre a Ditadura Civil-Militar, e sobre a Guerrilha do Araguaia em especial. Não dizer o velho discurso maniqueísta que divide os atores entre heróis e vilões a depender da perspectiva e do lugar de fala de quem produz o discurso. Contar, ensinar e viver no horizonte da nossa abordagem é, ao mesmo tempo em que não se omite a violência perpetrada, se pensa os eventos sob a ótica de pessoas que sofreram, lutaram, sonharam e mantiveram, às margens do Araguaia, a vida pulsante e a resistência viva para além da Guerrilha do Araguaia.

Não poderíamos, pois, encerrar esse texto sem mencionar uma discussão suscitada no processo da pesquisa, a distância entre a história do povo e a história do currículo imposto às escolas, sobretudo agora com a Base Nacional Comum Curricular, BNCC e Novo Ensino Médio, que relegam a história a um lugar relativo, depois do ensino religioso e que, reduzida e desobrigada a carga horária, poucas possibilidades restam para conteúdos da chamada *parte diversificada do currículo*. E a vida plena do povo do Araguaia-Tocantins, como de resto de qualquer povo, depende dessa objetivação no processo histórico, o que passa, na acepção de Freire (1987) pela consciência crítica e no dizer de Rüsen (2006), pela consciência histórica. Disso, entendemos valiosa a contribuição de todos que estudaram e apresentaram saberes sobre a Guerrilha, mas ainda nos sentimos justificados tanto pelo que apresentamos em termos de resultados, quanto pela possibilidade de que pesquisadores e professores possam continuar avançando na audição do povo simples e, assim, apresentando subsídios aos currículos escolares a partir do que diz esse povo que viveu e resistiu diante da força repressiva do Estado.

Referências:

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004.

BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória*. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sarlillo; MEIRELLES, Mauro. *O PCdoB e a Guerrilha do Araguaia: a memória dos desaparecidos políticos*. *Revista Café com Sociologia*, v.7, n.1, jan/abr 2018, p.131-148.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GERTEL, Elói. Apresentação. In: PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: documentos inéditos e na íntegra*. São Paulo. Global, 1986.

JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a saga do Araguaia*. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

LIMA, Beatriz Francisca. *Mulheres camponesas na Guerrilha do Araguaia*. Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanass, Faculdade de História, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2^a. ed., Petrópolis: 1983.

MEDEIROS, Euclides Antunes de; FILHO VIANA, Napoleão Fernandes. *À margem da história: os moradores do norte de Goiás, sul do Pará e sul do Maranhão e as memórias da Guerrilha do Araguaia*. In: MECHI, Patrícia Sposito; MELO, Wanderson Fábio de. (Org.). *Questões da ditadura: vigilância, repressão, projetos e contestações*. 1 Ed. Palmas: EDUFT, 2016. p. 93-131.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*. São Paulo. Geração Editorial, 2012.

MOURA, Clóvis. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1979.

NOSSA, Leonencio. *Mata! Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.

PANNAIN, Rafaela N. *A caminho do Araguaia: três trajetórias militantes*. Porto Alegre: Sociologias, ano 23, n.57, maio-ago 2021, p.300-325.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 3, pp. 479-499, set.-dez. 2011.

POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, pp. 3-15.

PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: documentos inéditos e na íntegra*. São Paulo. Global, 1986.

RÜSEN, Jörn. *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. Tradução de Marcos Roberto Kisnick. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7-16, jul.-dez. 2006.

TELES, Janaina de Almeida. *Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. História Unisinos. Setembro/Dezembro 2014.

THOMPSON, Paul. *História oral e contemporaneidade*. ZHOURI, Andréa; PEREIRA, Lígia Maria Leite. *História Oral*, n 5, junho de 2002.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Entrevistas:

NEIDE, Vila Santa Cruz dos Martírios – PA, 2021.

MADALENA, Vila Santa Cruz dos Martírios – PA, 2021.

GETÚLIO, Vila Santa Cruz dos Martírios – PA, 2021.

JUAREZ, Palmas –TO, 2021.

VALDEMIR, Vila Santa Cruz dos Martírios – PA, 2021.

VIANÊS, Palmas – TO, 2021.